

GEONOMA FLORESTAL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

(em transformação)

CNPJ/ME 12.302.286/0001-49 - NIRE 35.224.542.973

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **(A) Bruno Almozara Aranha**, brasileiro, casado no regime parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.886.680-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 296.552.198-44, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 287, apartamento 134, Vila Mariana, CEP 04011-001 ("Bruno"), e **(B) Rodrigo Trassi Polisel**, brasileiro, casado no regime parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.754.598-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 351.781.218-80, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Araripe de Faria, nº 74, apartamento 113, Vila Gomes, CEP 05590-020, na qualidade de únicos sócios da **Geonoma Florestal Soluções Ambientais Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 455, conjunto 1.102, Cerqueira Cesar, CEP 01419-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.302.286/0001-49 e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.224.542.973. **Resolvem**, de comum acordo, nos termos e para fins do artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), de acordo com os seguintes termos e condições: 1. Resolvem os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, transformar o tipo jurídico da Sociedade, passando de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") sendo que a Sociedade manterá o mesmo objeto social, endereço e sede social, não sofrendo qualquer interrupção ou solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades, sendo garantidos todos os direitos dos credores, situação que os sócios reconhecem e aprovam sem restrição. 2. Tendo em vista o quanto deliberado nos itens 1 acima, os sócios decidem alterar a denominação social da Sociedade para "**Geonoma Florestal Soluções Ambientais S.A.**" ("**Companhia**"). 3. Resolvem os sócios aprovar a conversão da totalidade das 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, representativas do capital social da Sociedade, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas, 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com os termos e condições dispostos na Lista de Subscrição (**Anexo II**). 3.1. Os sócios consignam que a conversão da totalidade das quotas de emissão da Sociedade em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos do item 3 acima, cumpriu com os requisitos previstos no artigo 80 da Lei das S.A. 4. Em virtude da conversão das quotas de emissão da Sociedade na mesma quantidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, a relação completa dos acionistas da Companhia, com a indicação da quantidade de ações subscritas por cada um dos acionistas em razão da transformação ora aprovada e o percentual de participação no capital social total da Companhia, segue abaixo:

Acionista	Ações Ordinárias	Participação no Capital Social Total (%)
Bruno Almozara Aranha	25.000	50%
Rodrigo Trassi Polisel	25.000	50%
<b>TOTAL</b>	<b>50.000</b>	<b>100%</b>

5. Os sócios resolvem aprovar a criação de uma nova classe de ações preferenciais de classe "A" de emissão da Companhia, a qual terá os direitos e vantagens descritos abaixo ("**Ações PN**"): (i) *Ausência do Direito de voto*. As Ações PN não conferem ao seu titular o direito a voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia; (ii) *Conversibilidade*. As Ações PN são conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; (iii) *Amortização e resgate*. As Ações PN da Companhia não são passíveis de amortização e serão resgatáveis mediante aprovação da Assembleia Geral pela totalidade dos acionistas da Companhia; (iv) *Dividendos Preferenciais*. Em cada exercício social, a totalidade das Ações PN dará direito ao recebimento de dividendos não cumulativos e juros sobre capital próprio calculados de acordo com o Acordo de Acionistas e Estatuto Social da Companhia no valor total de R\$ 1,00 (um real) ("**Dividendos PN**"); (v) *Outros Dividendos*. As Ações PN não participam dos lucros que remanescerem após o pagamento dos Dividendos PN; e (vi) *Reembolso de capital*. As Ações PN conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do patrimônio da Companhia até o valor do patrimônio líquido correspondente às Ações PN representadas no capital social total da Companhia. 6. Por decorrência da conversão das quotas de emissão da Sociedade em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e criação das Ações PNs, os artigos 5º a 7º do novo Estatuto Social da Companhia vigorarão com a seguinte redação: "**Capítulo II - Do Capital Social: Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". **Parágrafo 2º.** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações, se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas. **Artigo 6.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma do presente Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável. **Artigo 7.** As ações preferenciais classe "A" terão as seguintes características e conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens ("**Ações PN**"): (i) *Ausência do Direito de voto*. As Ações PN não conferem ao seu titular o direito a voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia; (ii) *Conversibilidade*. As Ações PN são conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; (iii) *Amortização e resgate*. As Ações PN da Companhia não são passíveis de amortização e serão resgatáveis mediante aprovação da Assembleia Geral pela totalidade dos acionistas da Companhia; (iv) *Dividendos Preferenciais*. Em cada exercício social, a totalidade das Ações PN dará direito ao recebimento de dividendos não cumulativos e juros sobre capital próprio calculados de acordo com este Estatuto no valor total de R\$ 1,00 (um real) ("**Dividendos PN**"); (v) *Outros Dividendos*. As Ações PN não participam dos lucros que remanescerem após o pagamento dos Dividendos PN; e (vi) *Reembolso de capital*. As Ações PN conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do patrimônio da Companhia até o valor do patrimônio líquido correspondente às Ações PN representadas no capital social total da Companhia. 7. Resolvem os sócios que a administração da Companhia caberá à Diretoria. 8. A Diretoria será composta por no mínimo 1 (um) membro, sendo ele Diretor sem designação específica, eleito e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, devendo exercer suas funções até a eleição e posse de seu substituto. 9. Resolvem os sócios eleger o Sr. **Bruno Almozara Aranha**, brasileiro, casado no regime parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.886.680-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 296.552.198-44, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, nº 287, apartamento 134, Vila Mariana, CEP 04011-001, para exercer o cargo de **Diretor sem designação específica**, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data, permanecendo em seu cargo até a posse de seu sucessor. 9.1. O Diretor, ora eleito, toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, na forma de **Anexo II** à presente ata, o qual será devidamente averbado no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia, e aceita o cargo para o qual foi eleito, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 10. Em razão das alterações relativas à administração da Sociedade deliberada nos itens 7 a 9 acima, além de outras mudanças, os artigos 12 ao 15 do novo Estatuto Social da Companhia vigorarão com a seguinte redação: "**Capítulo IV - Da Administração - Disposições Gerais: Artigo 12.** A administração da Companhia compete à Diretoria. **Parágrafo único.** A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. **Diretoria: Artigo 13.** A Diretoria será composta por, no mínimo 01 (um) membro, eleito nos termos do Acordo de Acionistas e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo único.** O mandato dos Diretores será automaticamente prorrogado até a posse de seus substitutos. **Artigo 14.** A Companhia será representada perante terceiros por: (i) 1 (um) procurador e 1 (um) Diretor; ou (iii) 2 (dois) procuradores, em conjunto, com poderes especiais. **Artigo 15.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 1 (um) Diretor. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e terão prazo de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado." 11. A remuneração global dos administradores da Companhia, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente pelos acionistas em Assembleia Geral, observado o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social que ora passa a reger a Companhia. 12. Os sócios decidem aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, o qual, lido e rubricado por todas, já refletindo a integralidade das deliberações, passa a fazer parte do presente instrumento com o **Anexo III** ao presente instrumento. 13. Os sócios consignam que as publicações legais da Companhia serão realizadas em jornal de grande circulação na cidade da sede da Companhia. 14. Os sócios aprovam a não instalação do Conselho Fiscal, conforme previsto no Estatuto Social ora aprovado. 15. Os administradores da Companhia ficam incumbidos de ultimar as formalidades remanescentes relativas à sua transformação de sociedade empresária limitada em sociedade por ações e atualização dos registros pertinentes perante os órgãos competentes. E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma. São Paulo/SP, 03 de outubro de 2022. **Sócios/Acionistas: Bruno Almozara Aranha, Rodrigo Trassi Polisel.** Visto da Advogada: Carolina Vilela Marcondes Machado - OAB/SP nº 410.180, JUCESP/NIRE nº 3530060268-4 em 17/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. JUCESP nº 619.896/22-0 em 17/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Geonoma Florestal Soluções Ambientais S.A. - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração: Artigo 1.** A Geonoma Florestal Soluções Ambientais S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo disposto no presente estatuto social ("Estatuto"), pelo Acordo de Acionistas arquivado em sede da Companhia ("Acordo de Acionistas") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Artigo 2.** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 455, conjunto 1.102, Cerqueira Cesar, CEP 01419-000, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de acionistas. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto social: (i) adequação ambiental de propriedades; (ii) apoio à gestão ambiental de propriedades rurais; (iii) apoio à certificação ambiental; (iv) elaboração de laudos e pareceres técnicos; (v) elaboração de planos e projetos de conservação e proteção de recursos naturais; (vi) elaboração de planos e projetos de gestão e manejo de recursos naturais e áreas rurais; (vii) elaboração e execução de projetos de recuperação ambiental; (viii) inventários de flora, fauna e espécies comerciais; (ix) licenciamento ambiental; (x) planejamento estratégico; (xi) zoneamento ambiental; (xii) elaboração de planos de gestão e manejo de unidades de conservação; (xiii) elaboração e desenvolvimento de projetos socioambientais; (xiv) elaboração e desenvolvimento de projetos de educação ambiental; (xv) análise de viabilidade econômica de projetos ambientais; (xvi) diagnósticos e monitoramento ambiental; (xvii) elaboração de estudos e avaliações de impactos ambientais; (xviii) elaboração e desenvolvimento de planos de visitação e trilhas interpretativas; (xix) treinamento na área ambiental; e (xx) participação no capital de outras empresas, como sócio-quotista ou acionista, mesmo que de outros setores econômicos. **Artigo 4.** A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social: Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações nominativas e sem valor nominal, todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". **Parágrafo 2º.** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações, se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas. **Artigo 6.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma do presente Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável. **Artigo 7.** As ações preferenciais classe "A" terão as seguintes características e conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens ("**Ações PN**"): (i) *Ausência do Direito de voto*. As Ações PN não conferem ao seu titular o direito a voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia; (ii) *Conversibilidade*. As Ações PN são conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; (iii) *Amortização e resgate*. As Ações PN da Companhia não são passíveis de amortização e serão resgatáveis mediante aprovação da Assembleia Geral pela to-

talidade dos acionistas da Companhia; (iv) *Dividendos Preferenciais*. Em cada exercício social, a totalidade das Ações PN dará direito ao recebimento de dividendos não cumulativos e juros sobre capital próprio calculados de acordo com este Estatuto no valor total de R\$ 1,00 (um real) ("**Dividendos PN**"); (v) *Outros Dividendos*. As Ações PN não participam dos lucros que remanescerem após o pagamento dos Dividendos PN; e (vi) *Reembolso de capital*. As Ações PN conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do patrimônio da Companhia até o valor do patrimônio líquido correspondente às Ações PN representadas no capital social total da Companhia. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 8.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social, da legislação aplicável ou do Acordo de Acionistas exigirem deliberação dos acionistas. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas na sede da Companhia, sendo facultado aos acionistas realizá-las por meio de teleconferência ou outros meios digitais. **Parágrafo 2º.** As Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas por 1 (um) Diretor ou mediante solicitação por escrito enviada por qualquer acionista, na forma da lei aplicável, e serão presididas por 1 (um) Diretor e, na sua ausência, por um acionista designado pela maioria de membros presentes na Assembleia Geral. O Presidente da Assembleia convidará, dentre os presentes, o Secretário dos trabalhos. **Parágrafo 3º.** A primeira convocação para as Assembleias Gerais da Companhia deverá ser feita com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência da data marcada para a realização da respectiva Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. **Parágrafo 4º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **Artigo 9.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Os acionistas que venham a ser representados por procuradores nas Assembleias Gerais da Companhia deverão apresentar as respectivas procurações, no mínimo, 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a Assembleia Geral. **Artigo 10.** Independentemente das formalidades de convocação para Assembleias Gerais, será considerada regularmente convocada a Assembleia à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Artigo 11.** As deliberações da Assembleia Geral das matérias previstas em lei ou abaixo relacionadas, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei ou no Acordo de Acionistas, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas com direito a voto: (a) Qualquer alteração ou acréscimo ao estatuto social da Companhia, incluindo alterações no objeto social da Companhia; (b) Qualquer alteração na natureza geral dos negócios da Companhia; (c) Qualquer alteração na composição do capital social, exceto se por força do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia; (d) A criação de qualquer classe, subclasse, série, subsérie de ações e/ou qualquer emissão de ações, incluindo, sem limitação, a emissão de ações preferenciais e o resgate pela Companhia de suas próprias ações, e a emissão de ações e títulos benéficos; (e) Qualquer outorga de direitos de preferência ou benefícios especiais aos acionistas (incluindo, sem limitação, quaisquer direitos ou benefícios em preferência aos direitos das Ações PN, exceto aqueles expressamente previstos neste Estatuto); (f) Qualquer restrição à transferibilidade das ações (exceto aquelas expressamente previstas no Acordo de Acionistas); (g) Qualquer aumento ou redução do capital social, incluindo aumentos condicionais de capital, com relação à Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, exceto os aumentos de capital por força do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia, ou a distribuição de quaisquer valores aos seus respectivos acionistas, seja qual for a sua denominação e conceito; (h) Qualquer limitação ou retirada de direitos de preferência na subscrição; (i) Qualquer conversão das Ações PNs em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia; (j) Qualquer alteração no endereço ou na sede da Companhia; (k) A venda, alienação ou transferência de todos ou substancialmente todos os ativos ou negócios da Companhia; (l) Fusão, cisão, transformação, incorporação, reorganização societária ou operação similar (independentemente da denominação legal) da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias; (m) O início de qualquer processo de liquidação ou dissolução, ou processo de falência ou insolvência, ou qualquer processo similar, de acordo com a Lei de qualquer jurisdição, com relação à Companhia ou a qualquer uma de suas subsidiárias; (n) O pagamento de dividendos e o estabelecimento e aprovação de políticas de pagamento de dividendos e suas alterações em relação à Companhia ou a qualquer uma de suas subsidiárias; (o) Qualquer deliberação sobre a distribuição do produto da liquidação ou devolução de capital em favor dos acionistas; (p) A eleição ou substituição dos Diretores ou auditores da Companhia; (q) A política de remuneração e o valor da remuneração dos Executivos Chave da Companhia; (r) Acordo sobre a remuneração, salário e/ou benefícios dos Conselheiros; (s) A aprovação ou alteração de qualquer plano de aposentadoria para Executivos Chave da Companhia; (t) A criação ou criação de ônus sobre as ações da Companhia ou qualquer subsidiária da Companhia, bem como sobre qualquer parte dos ativos da Companhia, exceto conforme estabelecido no Orçamento Anual e Plano de Negócios da Companhia; (u) A outorga, direta ou indiretamente, de garantias, de qualquer natureza, pela Companhia ou suas subsidiárias, salvo disposição em contrário neste Contrato; (v) A outorga de procurações para atos de titularidade, ressalvadas as procurações especiais limitadas às operações previstas no Orçamento Anual; e (w) A aprovação do Orçamento Anual da Companhia, Plano de Negócios e políticas de compliance, e qualquer alteração aos mesmos. **Capítulo IV - Da Administração - Disposições Gerais: Artigo 12.** A administração da Companhia compete à Diretoria. **Parágrafo único.** A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. **Diretoria: Artigo 13.** A Diretoria será composta por, no mínimo 01 (um) membro, eleito nos termos do Acordo de Acionistas e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo único.** O mandato dos Diretores será automaticamente prorrogado até a posse de seus substitutos. **Artigo 14.** A Companhia será representada perante terceiros por: (i) 1 (um) procurador e 1 (um) Diretor; ou (iii) 2 (dois) procuradores, em conjunto, com poderes especiais. **Artigo 15.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 1 (um) Diretor. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e terão prazo de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano, com exceção daquelas para fins judiciais, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 16.** O Conselho Fiscal é um órgão não permanente, instalado a qualquer momento, quando solicitado por qualquer dos acionistas, e composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei das S.A.. **Parágrafo 1º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **Capítulo VI - Do Exercício Social e Lucros e Dividendos: Artigo 17.** O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. **Parágrafo 1º.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo 2º.** As demonstrações contábeis da Companhia estarão sujeitas à auditoria anual por auditores independentes. **Artigo 18.** Antes da distribuição de quaisquer dividendos, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 19.** Os Dividendos PN da Companhia poderão ser pagos à conta de: (i) lucro líquido do exercício; (ii) de lucros acumulados; (iii) de reserva de lucros; e (iv) à conta de reserva de capital, por deliberação da assembleia geral de acionistas da Companhia, ser distribuído, no exercício em que o lucro líquido for insuficiente, à conta das reservas de capital da Companhia, se existentes, nos termos do artigo 17, § 6º da Lei das S.A. e em observância ao disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º.** O valor dos Dividendos PN, quando e se devidos, a que cada Ação PN faz jus, será de R\$ 1,00. **Parágrafo 2º.** Os Dividendos PN serão distribuídos anualmente. **Artigo 20.** Após a distribuição dos Dividendos PN e dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda, observado o disposto no artigo 202 da Lei das S.A., neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, o lucro líquido apurado em cada exercício terá a seguinte destinação: (a) a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido será destinada à formação de reserva para contingências efetivamente apontadas como prováveis pelos auditores independentes da Companhia e confirmadas pelo Conselho Fiscal, se instalado, cuja constituição será devidamente aprovada em Assembleia Geral da Companhia, observado que a Assembleia Geral deverá sempre evitar qualquer ressalva por parte do autor em suas demonstrações financeiras; (c) a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com base nas deduções previstas nos itens (a) e (b) acima e no acréscimo das importâncias decorrentes da eventual reversão da reserva para contingências formada em exercícios anteriores, será obrigatoriamente distribuída aos acionistas titulares de ações preferenciais e ações ordinárias, sem prioridade daqueles em relação a estes, a título de pagamento de dividendo mínimo obrigatório, de acordo com o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas; (d) o lucro líquido remanescente após as destinações acima poderá ser total ou parcialmente retido para a execução de orçamento de capital da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral da Companhia por maioria simples; e (e) o saldo remanescente do lucro líquido, caso existente, deverá ser distribuído como dividendo adicional, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei das S.A.. **Parágrafo Único.** A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 21.** Os dividendos serão pagos no prazo previsto na legislação aplicável, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, e somente estarão sujeitos a qualquer atualização monetária ou remuneração correspondente se assim for expressamente determinado pela Assembleia Geral de acionistas que aprovar sua distribuição. **Parágrafo Único.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverter-se-ão em proveito da Companhia. **Capítulo VII - Da Liquidação: Artigo 22.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para todo o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes, de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei das S.A.. **Capítulo VIII - Da Arbitragem: Artigo 23.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a *London Court of International Arbitration ("LCIA")*, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. **Capítulo IX - Acordo de Acionistas: Artigo 24.** Nos termos do artigo 118 da Lei das S.A., a Companhia observará e cumprirá todas e quaisquer disposições do Acordo de Acionistas, durante todo o período de sua vigência, obrigando-se a dar ciência de seu conteúdo aos seus administradores, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o presidente) da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer signatário do Acordo de Acionistas que seja proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado em referido Acordo de Acionistas. É expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à ratificação de votos, à transferência de ações, à oeração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que viole, não respeite ou de qualquer forma seja incompatível com as disposições do Acordo de Acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos acionistas sob tal acordo. As obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros. **Parágrafo Único.** Nos termos do §8º do artigo 118 da Lei das S.A., o presidente da Assembleia Geral, bem como os membros dos órgãos de administração da Companhia, não deverão computar qualquer voto proferido em desacordo com as disposições do Acordo de Acionistas, observando-se o previsto no §9.º do mesmo artigo 118, no caso de não comparecimento ou abstenção de voto em deliberações das Assembleias Gerais ou de reuniões dos órgãos de administração da Companhia. **Sócios/Acionistas: Bruno Almozara Aranha, Rodrigo Trassi Polisel.** Visto da Advogada: Carolina Vilela Marcondes Machado - OAB/SP nº 410.180.

